



FORMAÇÃO EM TURISMO NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL E SUA APROXIMAÇÃO COM AS TEMÁTICAS INDÍGENAS

TOURISM FORMATION IN MATO GROSSO AND MATO GROSSO DO SUL AND ITS APPROACH TO INDIGENOUS ISSUES

Mylena Bagordakys – UFMS*¹
Guilherme Garcia Velasquez – UFMS*²

Palavras-Chave	Resumo
<p>Turismo. Indígena. Cultura. Formação em Turismo.</p> <div data-bbox="167 1240 405 1498" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>ISSN 2594-8407</p><p>Licenciada por <i>Creative Commons</i> Atribuição Não Comercial/Sem Derivações / 4.0/</p></div>	<p>Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul contam, além de potencialidades turísticas naturais, com um grande quantitativo de grupos indígenas, ricos em cultura e com atributos capazes de inseri-los na cadeia do turismo. De toda maneira, percebe-se que praticamente não são inseridos no que se denomina turismo indígena, fato que gera a curiosidade em desvendar se temáticas indígenas são trabalhadas com aqueles alunos dos cursos de graduação em turismo ou cursos afins, de referidos estados, já que serão eles os futuros planejadores do turismo na região. Assim, O presente estudo tem como seu principal objetivo discutir como se apresentam as questões culturais indígenas na formação do turismólogo nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Metodologicamente o estudo utilizou-se de Pesquisa Bibliográfica, análise documental (Projetos Pedagógicos dos cursos da região) e etapa de campo realizada com coordenadores dos cursos de turismo, bem como com alguns acadêmicos, com o intuito de identificar as ações formativas relacionadas às culturas indígenas que são realmente desenvolvidas no âmbito dos cursos. Como resultados, percebeu-se que a potencialidade indígena é existente. Basicamente, não existe grande envolvimento público com as questões voltadas ao desenvolvimento turístico indígena nos estados estudados. As instituições de ensino ainda tratam o assunto dentro de uma perspectiva de transversalidade e não contam com disciplinas específicas para tais discussões. Os projetos de ensino, pesquisa e extensão são quase inexistentes. Acadêmicos percebem a urgência dessas discussões, até pelo fato de que tais instituições contam com estudantes indígenas. Evidencia-se uma necessidade de revisão dos projetos pedagógicos e parcerias universidade-estado para o desenvolvimento turístico participativo, assistido em terras indígenas.</p>



Keywords	Abstract
<p><i>Tourism.</i> <i>Indigenous.</i> <i>Culture.</i> <i>Tourism</i> <i>Education.</i></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>Submetido em: 05/02/2022</p> <p>Aprovado em: 22/07/2022</p> <p>Publicado em: 29/07/2022</p> <p>Editor: Izac Bonfim</p> </div>	<p><i>The states of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul have, in addition to their natural tourism potential, a large number of indigenous groups, rich in culture and with attributes capable of making them part of the tourism chain. However, it is striking that they are hardly included in what is called indigenous tourism, a fact that generates the curiosity to find out if the indigenous themes are being worked on with students of tourism or related careers in these states, considering they will be the future planners of tourism in the region. Thus, the main objective of this study is to discuss how indigenous cultural issues are presented during the formation process of tourism professionals in the states of Mato Grosso do Sul and Mato Grosso. Methodologically, the study used bibliographic research, documentary analysis (Pedagogical Projects of the courses in the region) and field work conducted with the coordinators of the tourism courses, as well as with some academics, to identify the formative actions related to indigenous culture that are currently being developed. As results, it was observed that indigenous potentiality does exist in the region. Basically, there are no significant public involvement to the development of indigenous tourism on the studied states. Educational institutions continue to treat the subject within a transversal perspective and do not have specific subjects for these discussions. Projects are almost nonexistent. Academics perceive the urgency of these discussions, including the fact that these institutions have indigenous students. It's clear the need of developing a review of the pedagogical projects of the courses, as well as the construction of partnerships State-University, in order to provide a participatory tourism development, assisted in indigenous lands, is evident.</i></p>

<p>Como Citar: Bagordakys, M.; Velasquez, G. G. (2022). Formação em turismo nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e sua aproximação com os indígenas. <i>Ateliê do Turismo</i>. 6(2), 130-160</p>
--



INTRODUÇÃO

Por mais que as pessoas viajem há muito tempo, foi na Revolução Industrial (Séculos XVIII-XIX) que a atividade turística se perfez. Entende-se por turismo, de acordo com Mota (2001) o fenômeno social que consiste no deslocamento temporário e voluntário de indivíduos ou grupo de pessoas, gerado por diversos motivos, sejam eles de lazer, recreação, cultura ou saúde. Referidos indivíduos, ao saírem de suas residências produzem, durante seu deslocamento, as mais diversas interações sociais, econômicas e culturais.

São inúmeras as razões que levam as pessoas a se deslocarem de seu ponto de origem para uma dada localidade. Assim, as motivações dos viajantes acabam por gerar segmentações na atividade. Um dos interesses de viagem que determinam uma dada segmentação é a cultura.

O turismo cultural, de acordo com Ministério do Turismo (2005), trata daquelas atividades turísticas que se relacionam a um conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Imersos ao universo do turismo cultural, encontram-se o que se denominam Turismo Étnico e Turismo Indígena (Castravechi e Pereira, 2018; Bonfim *et al.* 2022; Panosso Neto, 2022), muitas vezes compreendidos como sinônimos, embora possuam suas peculiaridades.

Nessa hodierna, merece apontamento o fato de que as culturas indígenas possuem grande potencialidade do ponto de vista turístico, mas que, ainda, carecem de muito desenvolvimento e planejamento. Estudos, como os acima apontados (2018; 2021; 2022), demonstram e discutem a realidade da prática turística junto a determinados territórios indígenas, bem como suas fragilidades. Ressalta-se que o Turismo de forma geral e, não diferentemente, as ações turísticas que envolvem as culturas indígenas, devem ser positivas e não degradantes. Especificamente no Brasil, a questão indígena, assim como a de outras minorias é delicada.

Ainda que o Brasil seja o país com a segunda menor população indígena, o mesmo possui, por outro lado, o maior quantitativo de etnias (305) entre os países latino-americanos, conforme Bonfim *et al.* (2021), baseados no IBGE (2010) e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe-CEPAL (2015).

Evidencia-se, entretanto, que as próprias Instituições indigenistas governamentais e não governamentais discordam em relação a números da população, quantidade de povos indígenas e de terras destinadas ao uso desses agrupamentos indígenas.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário-CIMI (2021)ⁱ, são 1296 terras indígenas existentes. No que diz respeito ao quantitativo de povos e população no país, apresentam-se: 305 povos e 896.917 indivíduos (IBGE, 2010)ⁱⁱ.

Já o Censo Demográfico Indígena do IBGE (2010)ⁱⁱⁱ, enfatiza que todas as unidades federativas do Brasil contam com agrupamentos indígenas, sendo o estado do Amazonas, o primeiro em concentração, seguido dos estados de Mato Grosso do Sul



(segunda posição), Bahia (terceira posição), Pernambuco (quarta posição), Roraima (quinta posição) e Mato Grosso (sexta posição). Tratam-se de indivíduos espalhados em zonas rurais e urbanas.

Vale mencionar, ainda, a existência de agrupamentos que se mantem sem contato com a sociedade ocidental e que muitas vezes, acabam não fazendo parte das estatísticas veiculadas. Assim, apresentam-se as principais etnias indígenas do país, com agrupamentos nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Tabela 1

Principais etnias indígenas da região Centro Oeste do Brasil

Nomes	Outros Nomes ou Grafias	Família Linguística	País/Estado	População
Apiaká	Apiacá	Tupi-Guarani	MT, PA	850
Apurinã	Ipurina, Popukare	Aruak-maipure	AM, MT, RO	9.487
Arara do Rio Branco	Arara do Beiradão, Arara do Aripuanã		MT	249
Aweti	Awytyza, Enumaniã, Anumaniã, Auetô	Aweti	MT	192
Bakairi	Bacairi, Kurã, Kurã	Karib	MT	982
Bororo	Coxiponê, Araripocané, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Boe	Bororo	MT	1.817
Chamacoco		Samuko	MS	40
Chiquitano	Chiquito	Chiquito	MT	473
Cinta larga	Matetamãe	Mondé	MT, RO	1.954
Enawenê-nawê	Enauenê nauê, Salumã, Ena wenê-nawê	Aruak	MT	737
Guarani	Kaiowá, Mbya, Nandeva	Tupi-Guarani	RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MS, PA	85.255
Guató		Guató	MS, MT	419
Ikpeng	Txicão, Ikpeng	Karib	MT	477
Iny Karajá	Caraiuna, Iny	Karajá	GO, MT, PA, TO	3.768
Iranxe Manoki	Irantxe, Manoki	Iranxe	MT	408
Kadivéu	Kaduveo, Caduveo, Kadivéu, Kadiveo	Guaikuru	MS	1.413
Kalapalo		Karib	MT	669
Kamaiurá	Kamayurá	Tupi-Guarani	MT	604
Kamba			MS	114
Kawaiwete	Kayabi, Caiabi, Kaiaby, Kajabi, Cajabi, Kawaiwete	Tupi-Guarani	MT	2.242
Kinikinau	Kinikinao, Kinikinawa, Guaná	Aruak	MS	600
Kisidjê	Suyá, Kisidjê	Jê	MT	424
Krenak	Crenaque, Crenac, Krenac, Botocudos, Aimorés, Borum	Krenak	MG, MT, SP	434
Kuikuro	Ipatsé ótomo, Ahukugí ótomo, Lahatuá ótomo	Karib	MT	653
Matipu		Karib	MT	157



	Kaiapó, Caiapó, Gorotire, Mekrãgnoti, Kuben-Kran- Krên, Kôkraimôrô, Metykûre, Xikrin, Kararaô, Mebêngôkre	Jê	MT, PA	11.675
Mehinako	Meinaco, Meinacu, Meinaku	Aruak	MT	286
Menky Manokî	Munku, Menku, Menky Manoki, Myky	Iranxe	MT	117
Nahukwá	Nafukwá, Nahkwá, Nafuquá, Nahukwá	Karib	MT	143
Nambikwara	Nambiquara, Anunsu	Nambikwára	MT, RO	2.332
Naruvotu		Karib	MT	81
Ofaié	Ofaié-Xavante	Ofayé	MS	69
Panará	Kreen-Akarore, Krenhakore, Krenakore, Índios Gigantes	Jê	MT, PA	542
Paresi	Paresi, Haliti, Ariti	Aruak	MT	2.138
Rikbaktsa	Erigbaktsa, Canoeiros, Orelhas de Pau, Rikbaktsá	Rikbaktsá	MT	1.514
Surui Paiter	Paiter, Paiter	Mondé	MT, RO	1.375
Tapayuna	Beijo de pau, Suyá Novos, Suyá Ocidentais, Kajkwakra txi	Jê	MT	132
Tapirapé	Apyãwa, Apyãwa	Tupi-Guarani	MT, TO	760
Terena		Aruak	MS, MT, SP	26.065
Trumai		Trumái	MT	258
Umutina	Barbados, Omotina	Bororo	MT	515
Wauja	Waurá	Aruak	MT	540
Xavante	Akwe, A'uwe	Jê	MT	22.256
Yawalapiti		Aruak	MT	262
Yudja	Juruna, Juruna, Yudja	Juruna	MT	880
Zoró	Pangyjej	Mondé	MT	711

Fonte: Baseado em dados da Funai (2020).

Diante do contexto indígena nacional e, diante da relevância cultural e turística desses povos é que se ressalta a importância de discussões em torno de temáticas indígenas nos cursos de turismo do país, visando um melhor preparo profissional para os futuros Bacharéis e Tecnólogos, fato capaz de propiciar um maior respeito e entendimento sobre as especificidades dessas comunidades que, muitas vezes, acabam sendo marginalizadas. A boa formação em temáticas indígenas junto aos estudantes de turismo, poderá culminar em uma melhor preparação profissional para a atuação turística junto de tais comunidades.

Se as sociedades são constituídas por aglomerados multiculturais, trabalhar as diferenças culturais [na educação] constitui-se como foco central do multiculturalismo (Candau, 2011). Por essa razão, é que na perspectiva da educação, políticas relacionadas à inserção de temáticas étnico-raciais nos conteúdos de ensino já se encontram formalizadas e se fazem realidade no país.

Assim, tem-se que objetivo principal desta pesquisa é discutir como se apresenta a abordagem das temáticas indígenas na formação do profissional turismólogo nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Ou seja, o estudo busca identificar nas



Instituições de ensino Superior de tais regiões, quais conteúdos relacionados às culturas indígenas são trabalhados com os acadêmicos e de que maneira isso toma acontecimento.

Enfatiza-se que em âmbito Nacional, quem norteia os programas de formação do profissional do bacharel em turismo é o documento denominado Diretrizes Curriculares Nacionais (nº.13, de 24 de novembro 2006), que dentre as principais questões, propõem: (Art.3) compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Menciona-se, ainda, que dentro do universo das DCN, existem Resoluções que obrigam aos cursos determinadas discussões, como: Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 - estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 - estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental.

Basicamente, a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004 institui a necessidade de conteúdos que tratem das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ou seja, onde se insere a questão do indígena. Por isso a relevância deste estudo.

Importante destacar que a região centro-oeste (onde se localizam os estados envolvidos na pesquisa) é a terceira região com maior população de indígenas no país, perdendo apenas para as regiões norte e nordeste. Tal apontamento pode ser considerado importante do ponto de vista turístico, considerando a riqueza cultural que envolve os agrupamentos indígenas e que pode resultar em ações turísticas, a partir do apoio e envolvimento de profissionais das diversas esferas.

Não obstante, evidencia-se que a questão indígena ainda é um problema no país. Muitos deles sofrem diversos tipos de preconceito, sendo negativamente estereotipados por parte da sociedade, fruto de um possível desconhecimento causado pela falta de informação, ou acesso inadequado a informação.

Assim, entende-se que a educação possa ser um meio para discutir e compreender tais minorias, em especial, naquilo que diz respeito à riqueza de suas características culturais.

Embora vislumbre-se que as culturas indígenas necessitem ser compreendidas pela totalidade dos brasileiros, percebe-se que, talvez, cursos de formação em turismo devam abordar tal temática com grande profundidade. Isso, no sentido de que os saberes indígenas geram atratividade turística, além do fato de que é o profissional turismólogo aquele que possui conhecimento para desenvolver projetos turísticos que sejam, sobretudo, sustentáveis. Alexandre (2018) ressalta, em sua pesquisa, a urgência do trabalho de conteúdos relacionados às questões Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos cursos de formação de profissionais do Turismo.



Considerando que as culturas indígenas estão presente em nossa história, é de extrema importância que elas sejam consideradas e discutidas, inclusive, nas disciplinas dos cursos de nível superior.

Metodologicamente, ressalta-se que o estudo em questão é caracterizado por uma pesquisa quali-quantitativa, de caráter descritivo e que se compôs por uma etapa bibliográfica, documental e etapa de campo (coleta de dados), realizada junto de coordenadores dos cursos de turismo das regiões mencionadas (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) e alguns de seus acadêmicos no ano de 2020.

EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Não há como tratar sobre a formação em turismo nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e sua aproximação com as temáticas indígenas, seja em forma de disciplina pura ou mesmo tópicos abordados transversalmente, sem com que, inicialmente, sejam tecidas algumas considerações mais amplas sobre o próprio sistema educacional no Brasil.

Entende-se por educação, segundo o Art. 1 do livro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), como aqueles processos formativos que tomam surgimento a partir das relações familiares, de trabalho, sociais, bem como nas Instituições de Ensino e Pesquisa. Trata-se de um dever da família e do Estado, que visa, sobretudo, o exercício da cidadania do indivíduo e sua qualificação para o trabalho.

A educação nacional nem sempre foi organizada da forma como se apresenta na atualidade. Passou por processos como casas-escola, escolas-monumento e escolas funcionais. Foi em 1961 que se criou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com o intuito de definir e regularizar a organização da educação brasileira, sendo a alteração mais recente datada de 1996. Atualmente, o sistema educacional brasileiro se organiza da seguinte maneira: Há o que se conhece por educação básica, responsável pela educação infantil; o ensino fundamental e o ensino médio (Cury, 2008).

Ressalta-se que o presente trabalho se encontra fundamentado nas realidades de cursos de bacharelado em Turismo ou Tecnólogo Superior em Turismo ou áreas afins, ou seja, não se pretende se envolver com outros níveis de educação propostos pela LDB (1996). De todas as maneiras, evidencia-se que a referida lei desenvolve, da mesma forma, algumas considerações sobre a educação superior.

Em seu capítulo IV, Art 43 são apresentadas a finalidade da educação superior:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.



III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Diante do exposto, além das questões inerentes ao objetivo da educação, alguns dos itens dizem respeito à valorização da cultura, à sua difusão, o estímulo ao conhecimento do patrimônio e problemas existentes. Assim, incorre-se em afirmar que todos eles, de alguma maneira, se relacionam com as culturas indígenas.

Por mais que a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Brasileira (1996) esteja instituída e consolidada, sua construção resulta de um longo processo histórico educacional no país.

Sobre a educação superior brasileira percebe-se que a mesma teve um início pautado na vinda dos Portugueses ao Brasil no século XVI, conforme Haidar e Tanuri (1998), quando mencionam sobre a dedicação dos Jesuítas à catequese, criação das escolas de primeiras letras e instalação de colégios para formação de sacerdotes.

Por mais de dois séculos permaneceu-se nos padrões de ensino jesuítico; que se constituía basicamente no aprender a ler, escrever e contar, destinado vigorosamente a indivíduos do sexo masculino, geralmente filhos dos senhores donos de terras e, excepcionalmente, a alguns indígenas nativos da terra (Velasquez, 2009). Foi somente no ano de 1759 que se deu um desmembramento do sistema educacional existente, conhecido por Reforma Pombalina, liderado por Sebastião de Carvalho e Mello, mais conhecido por Marquês de Pombal, que possuía claros objetivos em tornar o ensino laico e totalmente voltado aos interesses civis e políticos do império Português (Haidar e Tanuri, 1998). Embora a educação tivesse deixado de ser tutelada pela igreja carregou, por décadas, os aspectos religiosos. Foi nessa circunstância que se percebeu a necessidade da educação planejada (Velasquez, 2009).



Assim, a partir de 1774 iniciaram-se as primeiras Aulas Régias que consistiam, geralmente, em aulas nas residências dos próprios professores. Tal perspectiva manteve-se inalterada entre o período de 1763 a 1822 (Velasquez, 2009).

Foi com a vinda da família Real ao Brasil, no início do século XIX, no ano de 1808, que o ensino no país teve seu desenvolvimento em âmbito do ensino superior.

É bastante compreensível a organização de um ensino superior no país após a vinda da família real, já que a mesma passaria a necessitar de uma série de serviços, então, inexistentes. Assim, precisaria ser atendida. Foi com a vinda da Corte que a organização educacional no país seguiu seu caminho para a construção do modelo instituído na atualidade.

A EDUCAÇÃO EM TURISMO E/OU HOTELARIA NO BRASIL

Os cursos de graduação em Turismo e/ou Hotelaria no âmbito de Bacharelado são, especificamente, em território nacional, norteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Turismo (nº.13, de 24 de novembro 2006).

Entende-se por Diretrizes Curriculares Nacionais aquele conjunto de definições sobre princípios, fundamentos e procedimentos na educação básica, que trazem as especificações mínimas para os cursos, com o objetivo de orientar as Instituições de Ensino Superior (IES) na organização curricular de maneira com que encontrem suporte na criação de seus projetos pedagógicos.

Especificamente, para os cursos de Turismo, as DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) propõem a necessidade de formação de profissionais com competências e habilidades de empreender, organizar, planejar, implantar e gerir programas de desenvolvimento turístico e empreendimentos turísticos, compreender políticas nacionais e regionais sobre turismo e a complexidade do mundo globalizado, utilizar resoluções inovadoras e alternativas, bem como capacidade crítica, reflexiva, comunicativa e criativa (Brasil, 2006).

Considerando que o presente estudo busca compreender como Instituições de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso lidam com as temáticas indígenas, percebe(m)-se na DCN, tópico (s) que pode(m) ser relacionado(s) com a questão em pauta.

Por exemplo, seu artigo 4, parágrafo I menciona que deve haver “compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo” (Brasil, 2006). Sendo assim, o graduando precisa estar ciente das situações políticas e geopolíticas em que os seus povos nativos se encontram. Na sequência, o parágrafo X trata sobre “domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana” (Brasil, 2006). Dessa forma, é de extrema importância que, dentro da universidade, o futuro profissional se envolva, de maneira aprofundada, com as questões culturais que envolvem o país, em especial sua comunidade.



Importante mencionar que, independentemente da formação, todos os cursos superiores do Brasil precisam trazer na ementa de uma ou mais disciplinas, discussões relacionadas ao Meio Ambiente, Direito Humanos, Questões Étnico-Raciais (onde se inserem as temáticas indígenas)^{iv}.

É a partir da Instituição das Diretrizes Nacionais que os cursos de graduação criam seus projetos de gestão de curso, denominados Projeto Pedagógico.

O termo projeto, “no sentido etimológico, advém do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante, plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação” (Ferreira, 1975, p.1.144). Trata-se de um plano global da Instituição, que retrata uma sistematização de atividades (não engessada), que surge de um processo participativo. Configura-se como uma instrumento teórico-metodológico, cuja intenção é intervir e transformar a realidade (Vasconcellos, 2004).

Pode-se compreender que tal projeto serve de ferramenta norteadora para a Instituição de Ensino, por encaminhar ações para o futuro, baseadas em sua realidade atual, bem como em sua História. Conforme Longhi e Bento (como citado por Velasquez, 2009), trata-se de um plano que provisiona ações a curto, médio e longo prazos, intervindo diretamente na prática pedagógica diária. As ações refletidas no projeto procuram incluir os conteúdos, avaliação e funções e, ainda, relações que se estabelecem dentro da escola e entre a escola e a comunidade.

Diante do apresentado, a partir da proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais, análise de projeto pedagógico de seis cursos de turismo da região é que se discutem como os conteúdos educacionais se relacionam com as temáticas indígenas e como isso vem sendo (e se vem sendo) trabalhado com os alunos durante sua trajetória de formação. Isso pelo fato de que os saberes culturais indígenas são, por si, atrativos para o turismo, embora precisem ser trabalhados dentro de uma condição ética e sustentada.

CULTURA, TURISMO E O INDÍGENA

Entende-se por cultura uma herança social de uma dada comunidade humana, que resultante de um processo de desenvolvimento de diversas gerações. Por essa razão é que pode ser considerada, de fato, um triunfo importante para o desenvolvimento do turismo. A cultura pode ser compreendida como um todo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e saberes adquirido pelo homem como membro da sociedade (Tylor, 1871). Foster (1962), por exemplo, enfatiza que o conceito de cultura engloba os elementos materiais e imateriais.

É justamente pelas questões apresentadas que se consideram as culturas indígenas (material ou imaterial) relevantes do ponto de vista turístico, como um atrativo, desde que a atividade seja devidamente planejada por equipe de profissionais da área, bem como profissionais auxiliares (como os antropólogos), mas, sobretudo, que seja aceita



(internalizada) e dominada pelos próprios indivíduos indígenas, conforme Butler e Hinch (2007), mencionados por Proença e Panosso Neto (2022).

Considerando a importância do papel dos antropólogos para o entendimento das diversas culturas e povos existentes, a antropologia deve ser compreendida como a ciência da humanidade e cultura. Assim, é uma ciência superior social e comportamental, que se relaciona com as artes, o modo de viver total de povos específicos. Referida área do conhecimento busca compreender a existência humana em todos os seus aspectos, tempo e espaço, e as suas manifestações culturais, do comportamento e da vida social (Hoebel e Frost, 1981).

Fica evidente, dessa maneira, a estreita relação que as discussões culturais possuem com a atividade turística e com o “fazer turismo”, justamente pelo fato de que durante a prática turística a cultura é consumida de forma intencional ou não intencional, embora seja sempre consumida.

Por essa razão é que se busca valorizar culturas com grande representatividade no Centro Oeste brasileiro (Culturas Indígenas), a partir de ações planejadas da atividade turística, bem como envolvimento das comunidades indígenas.

No que concerne à prática turística junto de agrupamentos indígenas, tomam surgimento algumas discussões relevantes e fruto de pesquisas anteriores. Corbari (2015) é considerada, no Brasil, uma das pesquisadoras que iniciou as discussões sobre Turismo em Territórios indígenas, a partir de seus estudos de mestrado e doutorado, entre os anos de 1999 a 2012 (Proença e Panosso Neto, 2022).

Para os autores em questão (2022), a complexidade da abordagem sobre o turismo em agrupamentos indígenas vai além da adequada definição da prática turística. Isso, pelo fato de que a prática turística, ora está atrelada à terra indígena e ora ao território indígena, categorias distintas de análise da Geografia. Enquanto compreende-se pela “terra” aquele espaço jurídico-geográfico (porção geográfica), o “território” possui características mais fluidas, no sentido de que engloba relações de poder construídas por aquela comunidade (política, cultura, etc.) que podem, inclusive, extrapolar a terra delimitada.

Consequentemente, tais características (objetiva e subjetiva consecutivamente), determinam tipologias de turismo, que se relacionam com o turismo cultural.

De um lado, o que se percebe é a prática do turismo étnico, que embora valorize as questões culturais de uma sociedade, possui foco em uma gestão de mercado, onde o elemento cultural acaba, na maioria das vezes, assumindo uma posição passiva, ou seja, é gerido por empresas do ramo do turismo que, na maioria das vezes, busca benefício econômico próprio.

Proença e Panosso (2022), ao tratarem do turismo étnico, mencionam Pereira (2016), que enfatiza que o turismo étnico diz respeito à experiência do turista com diferentes comunidades étnicas, mais aproximado, entretanto, daquilo que se compreende por turismo cultural.



De outro, surge aquilo que se compreende por turismo indígena, ou seja, a prática de turismo junto aos agrupamentos indígenas, que se dá de forma sustentável, pautada nos preceitos do Turismo de Base Comunitária, onde o objeto cultural (no caso os indígenas), aceitam, internalizam e assumem a gestão da prática, sendo os principais beneficiados.

O turismo comunitário pauta-se a uma dada forma de organização, que se baseia na autogestão de recursos patrimoniais comunitários, de forma democrática e solidária. Trata-se de um modelo considerado ideal para as comunidades indígenas, dada sua forma de organização totalmente voltada à coletividade (Maldonado, 2006; Araújo y Gelbcke, 2008; Cañada, 2010, citados por Bonfim *et al.* 2021).

Diante do apresentado, fica evidente que discutir as potencialidades turísticas de comunidades indígenas não apenas diz respeito à uma “leitura” comercial relacionada um rol de atratividades culturais, mas, sobretudo, em criar meios para que tal prática seja positiva nos mais diversos aspectos, em especial, no respeito, inclusão e participação dos povos envolvidos.

Tratando das culturas indígenas da região Centro Oeste do País, pode-se trazer como exemplo a pintura ou gravura rupestre, bastante comum nos agrupamentos indígenas de Mato Grosso do Sul. O mesmo tipo de manifestação artística é encontrado no estado de Mato Grosso, onde se localiza o sítio Arqueológico Santa Elina, na Serra das Araras, considerado o segundo mais antigo do Brasil e local de achado da ossada de uma preguiça gigante, extinta há 10 mil anos, além das áreas sagradas do Alto do Xingu Kamukuaká e Sagihengu, cujos sítios são associados aos rituais dos indígenas Waurá e Kalapalo, inclusive o Kuarup.

Não apenas as pinturas e questões arqueológicas chamam atenção nas culturas indígenas, mas, também, seus modos de vida, seus rituais, crenças, processos alimentares, festividades etc. Todos os aspectos mencionados são de grande atratividade e buscados por grupos de turistas. Urge ressaltar, entretanto, que por mais que os territórios indígenas nacionais possuam atributos culturais e naturais para atratividade turística, o que se percebe é que na América Latina, muitos de tais territórios voltam-se às visitas de estrangeiros, muito pelo fato de que as populações nacionais, aparentemente, ainda consideram indígenas pessoas pobres, inferiores, sem possibilidades de desenvolvimento (Pereiro, 2013, citado por Bonfim *et al.*, 2021).

De certa maneira, o saber indígena sempre foi curioso para o “não indígena” e poder atrelar esses saberes culturais à prática do turismo (de forma adequada) pode ser uma ação diferenciada e interessante para aqueles jovens que concluem seu curso superior em Turismo, na região Centro Oeste do país. São eles aqueles atores que se envolverão com a questão Turismo e Culturas Indígenas.



ASPECTOS METODOLÓGICOS

No que diz respeito à caracterização do presente estudo (aplicado), cuja natureza é quali-quantitativa, incorre-se em afirmar que o mesmo possui características exploratórias e descritivas. Por representar uma temática pouco abordada (discussão de temáticas indígenas na formação do profissional do Turismo), a pesquisa ora apresentada pode ser caracterizada por um estudo exploratório. Já o conceito da pesquisa descritiva relaciona-se à questão de levantamento e descrição de opiniões, crenças e atitudes de uma determinada população (Gil, 2008), o que se deu por meio da coleta de dados junto aos Projetos Pedagógicos e questionários aplicados aos coordenadores de curso e acadêmicos de seis cursos de 04 Instituições de Ensino Superior, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O trabalho em questão, contou com desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, a partir de identificação de temáticas-chave do estudo (Educação, Formação em Turismo, Turismo Indígena, Turismo Étnico). Trata-se da etapa que corresponde ao levantamento geral dos estudos mais relevantes, previamente desenvolvidos e publicados, que representam fonte de informações válidas e indispensáveis (Marconi e Lakatos, 2003).

Da mesma maneira, pelo fato do estudo ter tido a intenção de analisar Projetos Pedagógicos de cursos de Turismo, suas grades curriculares e ementas, foi necessário que o estudo também lançasse mão de uma Pesquisa documental, cujos documentos representam os Projetos Pedagógicos das Instituições envolvidas, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos da área (nº 13, de 24 de novembro 2006) e Resoluções: nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental.

Como última etapa do estudo, foi desenvolvido aquilo que se conhece por Pesquisa de campo, ou seja, etapa empírica aplicada, para fins de coleta de dados. Para o trabalho em questão, optou-se por abordar coordenadores de cursos de nível superior, modalidade bacharelado, área do Turismo, nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, bem como seu alunado.

Aos coordenadores, direcionou-se questionário aberto (composto de 10 questionamentos), via email institucional, sendo que aos discentes, formulário *online*, produzido na plataforma *google forms* (composto de 12 questões fechadas e 03 abertas).

Os estudos de campo transcorreram entre os dias 15 de abril de 2020 e 10 de maio de 2020, prazo esse dado aos interessados em participar da pesquisa.

Pelo baixo quantitativo de cursos superiores em nível de bacharelado, área do Turismo, nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, optou-se por trabalhar com aqueles cursos presenciais e a distância. A escolha pelos cursos em nível de bacharelado se deu, tendo em vista suas estruturas curriculares mais robustas. Não foram consultadas instituições privadas, já que as poucas existentes com cursos voltados à



área do turismo ofertam, na atualidade, cursos tecnológicos, com dois anos de duração, cujas cargas horárias, por serem diminutas, focam-se naquelas disciplinas relacionadas ao mercado de trabalho “convencional”. Não se consultou o curso de Turismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Campus Aquidauana, considerando seu processo de finalização de atividades.

Dentre as Instituições escolhidas, apresentam-se:

Quadro 1

Instituições de Ensino envolvidas

INSTITUIÇÃO	ESTADO	CIDADE	CURSO	NATUREZA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Turismo – Bacharelado presencial	Pública
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Turismo – Bacharelado presencial	Pública
Universidade Estadual de Mato Grosso do sul-UEMS	Mato Grosso do Sul	Dourados	Turismo – Bacharelado presencial	Pública
Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia de Mato Grosso-IFMT	Mato Grosso	Cuiabá	Curso superior de bacharel em turismo presencial	Pública
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT	Mato Grosso	Cáceres	Turismo – Bacharelado a distância	Pública
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT	Mato Grosso	Nova Xavantina	Turismo – Bacharelado presencial	Pública

Fonte: elaborado pelos autores (2020)



ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (Campo Grande)

O curso de Turismo, da universidade Federal do Mato Grosso do Sul-UFMS é caracterizado por um curso de Bacharelado, presencial, embora possa utilizar até 20% de sua carga horária na modalidade a distância. Referido curso encontra-se sediado no município de Campo Grande. Ressalta-se que o curso em questão tem seu funcionamento desde 28 de novembro de 2013.

Trata-se de um curso matutino, com carga horária total de 2.500 horas aulas. Basicamente, as disciplinas são distribuídas na grade do curso em quantitativo de 32 disciplinas, durante 7 semestres. Dentre elas, 300 horas em estágios obrigatórios (em duas etapas) e 86 horas de atividades complementares.

Analisando as ementas das disciplinas componentes do projeto pedagógico do curso, percebeu-se que aquelas que tratam ou podem tratar de assuntos relacionados às temáticas indígenas são

Educação das Relações étnico- raciais (disciplina optativa), a qual expõe a temática de forma clara em seu ementário: *“Ensino de história e multiculturalismo. Conceitos fundamentais: raça, etnia e preconceito. Intelectuais, raça, sub-raça e mestiçagem. O mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. A legislação brasileira e o direito de igualdade racial. A sociedade civil e a luta pelo fim da discriminação de raça e cor”*;

Introdução às ciências sociais e políticas; que expõe que trabalha com: *“Conceito e Contextualização das Ciências Sociais e das Ciências Políticas. A formação das instituições sociais e políticas no Brasil. Antropologia: contribuição, formação do homem no espaço cultural brasileiro”*;

Patrimônio Histórico-cultural; conteúdo: *“O legado Cultural sua importância na preservação do patrimônio histórico e cultural. Análise de roteiros histórico-culturais. O patrimônio histórico-cultural como atrativo turístico. Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. A museologia e o patrimônio cultural e sua importância para o desenvolvimento das atividades turísticas”* e

Turismo, cultura e sociedade; cujo conteúdo é caracterizado por: *“Aspectos antropológicos e culturais. Etnocentrismo. Diversidade cultural. Cultura e turismo. A cultura enquanto produto turístico. Aspectos da cultura regional. Turismo cultural. A Cultura. Cultura erudita e Cultura Popular. A Identidade como construção histórica. Estudo das manifestações artísticas da Pré-História aos dias atuais”*.



De toda forma, importante ressaltar que uma das disciplinas e, talvez, a mais relacionada ao objeto deste estudo, é enquadrada como disciplina optativa, ou seja, não se pode garantir que todos os acadêmicos a cursem.

Além da análise do projeto, aplicou-se um questionário à coordenação do curso, composto de 10 questões abertas. Cabe mencionar que o profissional da coordenação respondente atua há 18 anos como docente, estando à frente da coordenação do curso há pelo menos um ano.

No que diz respeito ao levantamento feito junto à coordenação do curso, percebeu-se que assuntos e discussões relacionadas aos indígenas são oferecidos em disciplinas como **Turismo, cultura e sociedade; Educação das relações étnico-raciais; Fundamentos Geográficos do turismo; Patrimônio histórico-cultural; e em Atividades Complementares;** e que também depende do planejamento e abordagem feita pelo professor. De toda maneira, destaca-se que duas das disciplinas mencionadas pela coordenação, embora sejam afins à temática, não destacam em seus ementários, assuntos relacionados às culturas indígenas. A coordenação entende a importância de serem ofertados conteúdos relacionados às temáticas indígenas e também enfatiza ser necessária, mencionando que pode “*corroborar com a formação de egressos críticos e livres de preconceitos*”, ou seja, contribuir para uma formação mais completa e sólida de cidadãos capazes e responsáveis para empreenderem na sociedade onde vivem. Segundo o profissional da coordenação, o curso conta com 4 acadêmicos indígenas ingressantes no ano de 2020. Entretanto, desconhece a etnia. Desconhece, também, colaboradores indígenas dentro do curso, e projetos (ensino, pesquisa ou extensão) relacionado à temática.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (Dourados)

O curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sediado na cidade de Dourados, encontra-se em funcionamento desde o ano 2000. Trata-se de um curso presencial, com funcionamento no período noturno, com a carga horária total de 2.462, sendo 1.926h de disciplinas curriculares de natureza científico-culturais, 240h de estágio curricular supervisionado obrigatório, 100h de atividades complementares, e 140h de trabalho de conclusão de curso.

Analisando o projeto pedagógico do curso em questão, percebeu-se que o mesmo possui apenas três disciplinas que tratam (claramente) ou podem tratar de temáticas indígenas, que são

Território turísticos; que trata: “*A produção de territórios turísticos em Mato Grosso do Sul. As territorialidades turísticas Sul-mato-grossense. Políticas públicas e os territórios turísticos. Turismo, impactos socioambientais e práticas sociais*”;

Turismo e Patrimônios I e II; que expõem a temática de forma clara em seu ementário: “*Patrimônio enquanto produto/atrativo para o turismo cultural*



(identidade, autenticidade e tradição); Legislação aplicada ao patrimônio material e imaterial (principais normas internacionais, nacionais, estaduais e municipais); Educação patrimonial. Museus e Turismo. História Regional: sua importância e sua relação com o Turismo no Mato Grosso do Sul. História Oral, memória e patrimônio. Temas contemporâneos relacionados ao patrimônio cultural. Aspectos éticos e patrimônios”.

Da mesma maneira, aplicou-se um questionário à coordenação do curso de turismo da UEMS, campus de Dourados, a qual coordenou o curso por 05 anos no passado e há pelo menos um ano, encontra-se na gestão do mesmo novamente.

No que diz respeito ao levantamento feito junto à coordenação do curso, percebeu-se que assuntos e discussões relacionadas aos indígenas são oferecidas mais diretamente em disciplinas como **Filosofia Aplicada ao Turismo; Turismo e Patrimônios I e Turismo e Patrimônios II**. Evidenciou-se, entretanto, que uma das disciplinas mencionadas pelo profissional da coordenação, embora relacionada à temática, não contempla, em seu ementário, assuntos relacionados às culturas indígenas. De toda maneira, foi reforçado pelo respondente, que todas as matérias trabalham a temática de maneira transversal. A coordenação entende a importância de serem ofertados conteúdos relacionados às temáticas indígenas e acrescentou que é *“extremamente relevante não apenas pelo contexto geral que o aluno de turismo deve ter (o egresso do curso deve ter comprometimento com a sociedade e respeito a diversidade) mas, também, pelo fato da UEMS possuir cotas específicas para alunos indígenas e, no caso do curso em Dourados, estar em uma cidade com tamanha diversidade (são três etnias dentro da Reserva Indígena de Dourados)”*.

Para contribuir, o curso incentiva a dualidade linguística assegurando ao aluno indígena o direito a defesa de seu trabalho de conclusão de curso em língua materna, contando com banca e defesa bilíngue, sendo o trabalho escrito em língua portuguesa e a defesa em guarani (ou etnia do acadêmico), com membros da banca pertencentes à comunidade indígena (professores indígenas, lideranças, etc.). Atualmente, o curso conta com 3 projetos de pesquisa, comprovando as parcerias interdisciplinares que vem sendo pensadas para fortalecer os estudos que abarcam a questão indígena. Segundo a coordenação do curso, o mesmo conta com 4 acadêmicos indígenas sendo três da etnia Kaiowá e uma Guarani Kaiowá.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (Campo Grande)

Inaugurado no ano de 2010, o curso de Bacharelado em turismo com ênfase em empreendedorismo e políticas públicas na cidade de Campo Grande é caracterizado por um curso anual, presencial (podendo se apropriar de 20% de sua carga horária em atividades na modalidade a distância). É matutino e conta com carga horária total de 2.663h, sendo 2.153 h de disciplinas curriculares de natureza científico-culturais, 255 horas de estágio curricular supervisionado obrigatório, 141h de atividades



complementares, e 144 h de trabalho de conclusão de curso, totalizando 04 (quatro) anos, podendo se estender no máximo por 07 (sete) anos.

Analisando o projeto pedagógico do curso em questão, percebeu-se que as disciplinas que tratam ou podem tratar de temáticas indígenas são

Turismo e História de Mato Grosso do Sul; conteúdo: *“Os primeiros ocupantes da terra descoberta e do território sul-mato-grossense. A exploração da erva-mate e a empresa Matte Laranjeira. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB): histórico, impactos e contribuições para o povoamento do território sul-mato-grossense. A utilização de recursos históricos e culturais de MS como atrativo turístico”;*

Turismo, Cultura e Arte; conteúdo: *“O conceito antropológico de cultura. Conceituações da cultura e da Arte e suas manifestações. O binômio folclore/turismo no contexto ambiente/cultura/turismo. A cultura popular brasileira e regional e sua inserção no turismo. Estudo das manifestações populares sul-mato-grossenses e estudo de possibilidades de sua utilização como atrativo turístico” e*

Turismo e Patrimônio; conteúdo: *“Conhecimento dos diferentes aspectos das cidades e sítios históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Conceitos e formas de uso do patrimônio natural e cultural (material e imaterial). Patrimônio Cultural enquanto produto/atrativo”.*

Como nos demais cursos, aplicou-se questionário aberto à coordenação do mesmo, cujo profissional responsável atua há 04 anos na posição de coordenador de curso, com vasta experiência docente.

No que diz respeito ao levantamento feito junto à coordenação do curso, percebeu-se que assuntos e discussões relacionadas aos indígenas são oferecidas apenas transversalmente em disciplinas que “envolvem cultura, planejamento, técnicas de pesquisas e TCC”, deixando claro que não há e nem houve disciplinas específicas, projetos de ensino, pesquisa ou extensão relacionado à temática. Porém, diante do posicionamento apresentado, evidenciou-se na análise do documento que pelo menos 03 das disciplinas do curso demonstram servir de ambiente apropriado para a discussão indígena. A coordenação do curso concorda que as temáticas indígenas fazem parte do contexto sociocultural e que existem alunos ingressantes de origem indígena, embora desconheça o real número de acadêmicos indígenas no curso e ou docentes.

Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT (Cuiabá)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso conta com um curso de Bacharelado em Turismo no campus Cel. Octayde Jorge da Silva – Cuiabá. O curso encontra-se em funcionamento desde o ano de 2015 na modalidade presencial e no período noturno. Trata-se de um curso com duração de 06 (seis) semestres, com carga horária total de 2600 horas, sendo 300 delas destinadas ao Estágio Supervisionado e 192 horas às atividades complementares.



Analisando o projeto pedagógico do curso em questão, percebeu-se que as disciplinas que tratam ou podem tratar de temáticas indígenas são

História de Mato Grosso Aplicada ao Turismo; conteúdo: “*A história do Mato Grosso – primeiros habitantes / ocupação / MT colônia / Império / República. O papel do Africano na formação histórica de Mato Grosso e a contribuição afro descendente na formação sócio cultural ao longo da história de Mato Grosso. Grosso e seus reflexos no Turismo atual*”;

Cultura e Turismo; conteúdo: “*Antecedentes históricos do conceito de cultura; Teorias sobre a origem da cultura; Teorias modernas sobre cultura; Elementos de Formação da Cultura; Cultura e Diversidade; Cultura e relações de poder; Cultura material e imaterial; Cultura Popular; Tradições e bens culturais; A formação da cultura de Mato Grosso; Cultura Afro Brasileira; Atualidades sobre a Cultura de Mato Grosso; Elementos da Cultura de Mato Grosso; Cultura e Turismo: Turismo cultural; Impactos do turismo sobre a cultura; Sustentabilidade cultural*” e

Sociologia e Antropologia do Turismo; conteúdo: “*A sociedade de consumo e as políticas culturais. Sociologia do turismo. Sociedade, indivíduo, personalidade e cultura. O turismo como um fenômeno sociocultural. Abordagens sociológicas no estudo do turismo. Os processos turísticos e seus efeitos sociais e culturais. Antropologia: conceito, objeto e objetivo de estudo. Antropologia cultural e turismo: relação e importância. Tipos de sociedades e formas culturais. O estudo da antropologia e sua importância para o desenvolvimento do turismo cultural no Brasil e no Estado de Mato Grosso*”.

Assim como nas demais instituições, aplicou-se um questionário à coordenação do curso, que atua há um ano e meio na gestão do mesmo, embora há 15 anos como docente.

De acordo com o posicionamento do profissional respondente, percebeu-se que assuntos e discussões relacionadas aos indígenas são oferecidas nas disciplinas; 1- **História de Mato Grosso aplicada ao Turismo;** 2- **Cultura e Turismo;** 3- **Gestão de Políticas Públicas;** 4- **Agências de Viagens e Operações Turísticas;** 5- **Ética Profissional e responsabilidade sócio ambiental** e, mais diretamente, na disciplina **Turismo de Base Local**. Seguindo a mesma situação identificada nos demais cursos, o que se evidencia é que aquelas disciplinas que se demonstram no Projeto Pedagógico de Curso, como ambiente para as discussões indígenas, não correspondem à totalidade. Foi recorrente perceber que os próprios coordenadores enfatizam existir outras disciplinas que abordam a temática indígena, embora seus projetos pedagógicos (e ementários) não apresentem tal condição de forma clara.

De toda forma, foi explicitado pelo respondente que o curso em questão prioriza abordar temáticas indígenas, de forma transversal, em todas as disciplinas. A coordenação do curso entende a importância de serem ofertados e abordados conteúdos relacionados ao assunto e acrescentou que “*são conteúdos extremamente importantes para os futuros profissionais de turismo, pois além de serem conteúdos obrigatórios,*



trata-se de uma questão de respeito, preocupação e luta pelos indígenas e seus direitos conquistados historicamente e que devem ser considerados por todos nós". Atualmente, o curso conta com 1 projeto de pesquisa e contou com um evento com o tema "Cuiabá no Centro da Diversidade" que tratou a temática transversalmente. Segundo a coordenação do curso, o mesmo não conta com acadêmicos indígenas ingressantes, e desconhece colaboradores indígenas dentro do curso.

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (Cáceres)

O curso de Turismo da Universidade Estadual do Mato Grosso, é caracterizado por um curso de Bacharelado na modalidade a distância. Com sede na cidade de Cáceres, a UNEMAT conta com 13 Campi Universitários. Até o momento da pesquisa, o curso vinha sendo oferecido nos Polos de Aripuanã, Guarantã do Norte e Sorriso, desde o ano de 2017.

O curso possui carga horária total de 2.520 horas, sendo 360h de Formação geral/humanística, 1.500h de formação específica, 600h de formação docente/enriquecimento, e 60h de atividades complementares, totalizando 42 disciplinas, em sete semestres. O curso em questão conta com 120 horas de estágio Supervisionado.

Analisando o Projeto Pedagógico do curso, percebeu-se que as disciplinas que tratam ou podem tratar de temáticas indígenas são

Patrimônio Cultural em Turismo; cujo conteúdo trata de: *"Valores e ideologia. Evolução histórica da cultura brasileira. Cultura popular e cultura de massa. Ocupação; influência cultural e artística que se manifestou na constituição da herança e formação da identidade nacional em bens materiais e imateriais que têm potencialidade no estímulo a atividades turísticas"*;

Cultura e folclore de Mato Grosso; conteúdo: *"Estudar as etnias que formaram e formam a cultura matogrossense através de leituras de textos sobre arte, cultura, política e história de Mato Grosso. Movimentos políticos, sociais e econômicos do processo de ocupação do Mato Grosso. Memória e história, manifestações da herança artística e cultural como potencial a ser explorado pelo turismo"*;

Socioantropologia; conteúdo: *"Compromissos sociorreligiosos, sociopolíticos e sua interação com o lazer. Estudos de caso de espaços de lazer urbano e rural turísticos: shopping centers, bares, parques, resorts, assentamentos rurais, fazendas, dentre outros"*;

Ecoturismo; conteúdo: *"Definições e origens do ecoturismo: ambientalismo, histórico e aspectos conceituais. Os diversos significados do ecoturismo. Turismo sustentável, ecoturismo e mercado. Ecoturismo: educação ambiental e população tradicional. Perspectivas de ecoturismo no Brasil"* e

Turismo Rural e Desenvolvimento Local; conteúdo: *"O desenvolvimento local como contraponto à globalização. Do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento*



rural. Aspecto social, econômico, cultural e natural do turismo rural.”

No que concerne à aplicação do questionário voltado à coordenação do curso, ressalta-se que não houve devolutiva e participação da mesma.

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (Nova Xavantina)

O curso de Turismo- Planejamento e Gestão, Hotelaria e Recreação da Universidade Estadual do Mato Grosso, é caracterizado por um curso de Bacharelado presencial, sediado em Nova Xavantina-MT.

O curso possui carga horária total de 2.520 horas com duração de 07 semestres. Sua grande conta com 41 disciplinas, dentre elas, 120 horas de Estágio Supervisionado e 60 horas de atividades complementares.

A análise no Projeto Pedagógico do curso identificou que as disciplinas que tratam ou podem tratar de temáticas indígenas são:

Sociologia; que *“Aborda a sociologia enquanto disciplina capaz de fornecer instrumentos para a compreensão da realidade social e a prática profissional do turismo. Analisa os aspectos estáticos e dinâmicos da ordem e da mudança social destacando as questões sociais que fazem interface com a atividade turística. Trata dos conceitos fundamentais da sociologia do turismo e da sociologia das organizações enfocando o contexto brasileiro. Estrutura da sociedade, comportamento social, fenômenos sociais, impactos do turismo e das sociedades. O processo de industrialização. O crescimento das cidades. O turismo como elemento transformador do ambiente social. Turismo e democracia”;*

Patrimônio Cultural e Turismo; com o conteúdo *“Cultura: origem, conceitos, objetivo. Valores e ideologia. Evolução histórica da cultura brasileira. Cultura popular e cultura de massa. Ocupação; influência cultural e artística que se manifestou na constituição da herança e formação da identidade nacional em bens materiais e imateriais que têm potencialidade no estímulo a atividades turísticas. Eventos, roteiros e tradições festivas”;*

Cultura e Folclore de Mato Grosso; *“Estudar as etnias que formaram e formam a cultura matogrossense através de leituras de textos sobre arte, cultura, política e história de Mato Grosso. Movimentos políticos, sociais e econômicos do processo de ocupação do Mato Grosso. Memória e história, manifestações da herança artística e cultural como potencial a ser explorado pelo turismo. Sociedade global e sociedade contemporânea de Mato Grosso” e*

Turismo, Meio Ambiente e Sociedade (optativa) com a ementa *“ Conceitos e definições: turismo, meio ambiente e sociedade. O meio ambiente como produto da relação sociedade e natureza. As interações entre cultura e meio ambiente. Território e cultura na construção da identidade local. O olhar do turista: o conflito entre a cultura do nativo e a cultura do turista. Impactos da Atividade”.*



Da mesma maneira, assim como no curso a distância da Instituição, não houve participação da coordenação do curso nas respostas do questionário, o que inviabilizou análise mais profunda.

ANÁLISE DO LEVANTAMENTO JUNTO AOS ACADÊMICOS E LÍDERES ACADÊMICOS DOS CURSOS MENCIONADOS

Com o intuito de contrapor informações levantadas dos Projetos Pedagógicos analisados, bem como do levantamento de informações junto às coordenações do curso, aplicou-se questionário *online*, junto aos acadêmicos dos cursos em questão. Tal material foi encaminhado aos líderes de turma, por meio das coordenações de curso, para que de forma livre e espontânea pudessem responder aos questionamentos. Referido questionário foi disponibilizado aos alunos das Instituições envolvidas na pesquisa, no período de 14 de abril de 2020 a 1 de agosto de 2020.

Tendo em vista o contexto de pandemia da COVID-19, enfatiza-se que o quantitativo atingido não foi aquele inicialmente esperado. Entre todos os cursos consultados, houve a contribuição de apenas 42 respondentes.

O questionário aplicado aos acadêmicos dos cursos compunha-se de 12 questões fechadas e três questões abertas.

Entre os respondentes, a maior parte se destaca pelo sexo feminino (o dobro do quantitativo de respondentes masculinos) sendo elas em número de 28 alunas e eles em número de 14.

A faixa etária apresentada variou entre 17 anos a 47 anos, com destaque para as idades de 18, 21 e 22 anos (geralmente idade inerente à execução de cursos de graduação em território nacional) – todas com 5, 6 e 5 participantes, respectivamente.

Todos os participantes da pesquisa eram acadêmicos de cursos na área do turismo. Vale notar que todas as universidades, para as quais o questionário foi disponibilizado, são públicas, pelas razões já apresentadas.

Percebeu-se que o maior número de respostas se relacionava à UEMS e UFMS (duas principais instituições públicas do MS) e UNEMAT (única universidade Estadual pública com ensino em Turismo no estado do MT). De toda maneira, o número de respostas da UEMS representou quase o dobro dos respondentes da UFMS. Talvez, pelo fato de que a UEMS se encontra com o curso em andamento em dois municípios: Dourados e Campo Grande, diferentemente da UFMS, que possui um curso ativo em Campo Grande e outro em processo de finalização no município de Aquidauana, inclusive não participante do estudo, justamente pelo baixo número de acadêmicos e dada a situação em que se encontra.

Com relação ao período de matrícula dos acadêmicos, percebeu-se que o maior número de participantes corresponde ao primeiro semestre, seguido do quinto semestre. De um lado universitários que acabaram de entrar no ambiente universitário e que,



aparentemente, demonstram uma sede maior de conhecimento, participação de pesquisas, por verem importância em todas as possibilidades existentes e, de outro, aqueles alunos que já possuem uma maior maturidade sobre a formação e o papel do turismólogo e que conseguem perceber a possível ausência de discussões relacionadas aos indígenas e/ou a necessidade de tratar sobre as mesmas.

O primeiro questionamento específico ao propósito da pesquisa buscou identificar se o curso em que se encontravam matriculados oferecia algum projeto de extensão e/ou pesquisa relacionado aos povos indígenas. Na opinião dos inqueridos, evidenciou-se que 16 indivíduos enfatizaram que não, enquanto o mesmo quantitativo desconhecia e um total de 10 indivíduos afirmou possuir. Trata-se de um número significativo entre as opções não e não sei, fato que talvez demonstre uma ausência de divulgação de ações ou mesmo inexistência das mesmas.

Outro questionamento buscou identificar se o curso aos quais participavam contava com alunos indígenas, sendo que 26 pessoas responderam que sim, oito que desconheciam e 08 que afirmavam não existir. Tal questionamento explicita a urgência das discussões indígenas no âmbito do turismo, não apenas pela relevância cultural, mas, inclusive, por possuírem alunos indígenas que estarão, no futuro, aptos a atuarem com esse tipo de segmentação; por maior compreensão cultural; entendimento de língua etc.

Um terceiro questionamento buscou levantar se a questão indígena fazia parte do contexto sociocultural ao qual o curso se encontrava. Foi evidenciado nas respostas que 33 pessoas (78,6%) responderam que sim, que seus cursos estavam imersos em um contexto rico em culturas indígenas. Seis pessoas (14,3%) afirmaram que não, enquanto 3 (7,1%) pessoas demonstraram não saber responder. Ou seja, a maioria percebe que a região na qual se encontra é provida de agrupamentos e de diversidade cultural indígena, fato que merece ser destacado no processo de formação e profissionalização como uma possibilidade de atuação.

O quarto questionamento, especificamente, buscou desvendar a existência de políticas do turismo na região, que incentivam ou fomentam a relação turismo e indígena. Tal questionamento demonstrou que 16 dos inqueridos não tinham conhecimento, 14 indivíduos afirmaram a não existência, enquanto 12 responderam que sim.

Trata-se de uma resposta que vai ao encontro do que se imaginava. Se existem tais políticas, talvez não sejam devidamente identificadas, já que a maioria desconhece ou enfatiza que não acontece.

Sendo assim, percebe-se que além das universidades não ofertarem essas discussões de forma clara e direta, o próprio governo, aparentemente, também não está criando maneiras para auxiliar a execução de projetos entre a área do turismo e os povos indígenas.

Outro questionamento apresentado aos alunos buscou identificar dos inqueridos se eles consideravam as discussões relacionadas às temáticas indígenas importantes para



a formação do profissional do turismo. 41 indivíduos (quase que a totalidade) responderam que sim e uma única pessoa respondeu que não. Isto é, os alunos têm ciência que a região conta com agrupamentos indígenas; sabem que seus cursos contam com acadêmicos indígenas; sabem da importância em se tratar temáticas indígenas dentro do curso, embora tais questões, de acordo com o mencionado, nem sempre sejam abordadas (inclusive pelo poder público). Essa ausência de incentivo externo talvez desencoraje as instituições a desenvolverem esse tipo de discussão de forma clara e direta, prendendo-se apenas às exigências do Ministério da Educação e Cultura que exige discussões (que podem ser transversais) sobre questões étnico-raciais (algo que geralmente se dá por meio de disciplinas optativas e não obrigatórias). O que se apresenta pode ser compreendido como algo limitante, já que tais cursos, como mencionado, contam com acadêmicos indígenas, indivíduos que poderiam contribuir com dinâmicas que fossem construtivas, por conta de sua própria formação cultural.

Em seguida buscou-se saber os motivos que consideravam a discussão turismo e indígena importante. Trata-se de um questionamento aberto. Dessa feita, buscou-se, a partir das respostas, categorizar algumas temáticas para uma melhor compreensão.

Uma das categorias diz respeito à **relevância da cultura para a formação e atuação do profissional**. Sendo assim, as culturas indígenas são também importante (18 menções à questão cultural). Outra categoria diz respeito à **necessidade de aceitação de que MS e MT contam com povos indígenas** que podem contribuir com seus saberes para o Turismo (3 menções). Uma outra categoria diz respeito à **inclusão**, tendo em vista que se percebe o desenvolvimento de uma urgente relação entre a sociedade não indígena e a sociedade Indígena, no intento de acabar com a possível marginalização existente (1 menção). Uma categoria interessante identificada foi a **geração de renda**. Percebeu-se que o turismo pode ser uma **fonte de renda às comunidades indígenas** (3 menções). Tal categoria, vai ao encontro de uma outra denominada **Planejamento**. Ficou evidente, por um dos respondentes, que a execução de trabalhos no campo do turismo e indígena somente pode ter sucesso mediante o planejamento (1 menção).

Em seguida, buscou-se identificar se até o semestre em que os respondentes se encontravam, havia tido alguma discussão relacionada às temáticas indígenas, fosse por meio de disciplina, evento ou outro tipo de ação. 50% dos respondentes mencionaram ter havido mais de uma vez, fato que não corresponde às respostas indicadas em outros questionamentos e que, em trabalho futuro, merece ser melhor analisado.

Em seguida, buscou-se identificar em quais disciplinas essas discussões foram realizadas. Foi evidenciado entre os respondentes, por meio de 7 menções, que as discussões aconteciam em matérias relacionadas à cultura, 5 menções em matérias relacionada à história, 4 menções relacionadas às matérias de sociologia e antropologia, 2 menções em sociologia, 2 menções em filosofia, 2 menções em patrimônio, 2 menções em geografia, 2 menções em matéria de turismo de base local, e houve 1 menção em matérias como; turismo em comunidade, metodologia, fisiologia, turismo e lazer, teoria



geral do turismo e *marketing* turístico. Duas pessoas responderam que não lembravam, totalizando 33 respostas.

O que se evidenciou foi que, quando apareceram as discussões, as mesmas eram parte de disciplinas de formação geral. Quase não foi demonstrado qualquer menção (ou menção em quantitativo satisfatório) das discussões indígenas em disciplinas específicas do turismo, fato que precisa ser revisto pelos núcleos docentes estruturantes dos cursos, quando de uma possível alteração de seus Projetos Pedagógicos.

Por fim, foi questionado aos alunos se os cursos aos quais pertenciam contavam com alunos e/ou colaboradores indígenas, e em caso positivo, quais eram as etnias. Onze pessoas responderam que os cursos não contavam com alunos e/ou colaboradores indígenas. Seis pessoas responderam que não sabiam da existência, enquanto outras pessoas responderam que os cursos aos quais pertenciam, contavam com indígenas, embora não soubessem qual ou quais etnia(s). Duas pessoas responderam que seus cursos contavam com acadêmicos indígenas das etnias “Kaiwoá, Terena e Guarani”.

Interessante perceber que o próprio quadro apresentado representa distanciamento entre o indígena e o não indígena. Embora saibam da existência, desconhecem a etnia, o que pode ser caracterizado por um possível inexistente contato-integração, algo que precisa ser revisto na formação de nível superior e, da mesma forma, na formação do profissional turismólogo. A Universidade precisa ser palco para práticas de integração, diversidade, aprendizagem e diversidade.

CONCLUSÕES

A lembrança da presença do indígena, na atualidade, extrapola expressivos símbolos como a oca e o cocar. A herança cultural deixada para todos os brasileiros está fortemente presente nas ações cotidianas, em contos, costumes, dança, música e na sua culinária, por meio da utilização de insumos como mandioca, cupuaçu, tucupi, açaí, caju e guaraná, além da utilização de ervas e plantas medicinais como boldo, alfavaca, pó de guaraná e semente de sucupira.

As histórias místicas, as tradições dos rituais, a diversidade das pinturas corporais e a riqueza do artesanato são os principais elementos das culturas indígenas relacionados ao turismo. Conhecer as tradições indígenas é fazer com que o país conheça a si mesmo, buscando a sua valorização, promoção e preservação.

A riqueza cultural indígena no Centro Oeste é muito presente, sendo que o turismo em terras indígenas na região ainda é tímido. Como exemplo, citam-se os povos Parecis da aldeia Wazare, localizada no município de Campo Novo de Parecis, no estado do Mato Grosso. Nas imediações dessa cidade encontram-se 56 aldeias indígenas, três das quais fazem parte da “Rota dos Parecis” onde é ofertado um *tour* que foi idealizado pelos próprios indígenas em parceria com órgãos públicos^v. Castravechi e Pereira (2018) discutem a prática turística em referida localidade, a partir de uma análise da preservação cultural e histórica. Outras comunidades, também se encontram envolvidas



com em estudos e pesquisas, como o povo Terena (Bonfim *et al.* 2022) e Kadwéu (De Jesus e Wenceslau, 2011), pertencentes ao estado de Mato Grosso do Sul.

Possuindo as culturas indígenas destaque nos países sul-americanos e, em especial no Brasil, pela elevada quantidade de etnias (Bonfim *et al.*, 2021), baseados no IBGE (2010) e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe-CEPAL (2015), fica evidente a importância que tais culturas representam no planejamento da prática de atividades turísticas. Por isso, a compreensão de que é necessário que temáticas indígenas façam parte dos currículos de formação dos profissionais em Turismo nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Tais unidades federativas ocupam, consecutivamente, segunda e sexta posição com maior número de agrupamentos indígenas no país (IBGE, 2010).

Com relação aos resultados encontrados no estudo, considerando a análise dos projetos pedagógicos dos cursos envolvidos, bem como aplicação dos questionários aos coordenadores e aos acadêmicos, pode-se perceber que a UFMS (Campo Grande) conta em sua grade, com disciplinas que tratam o assunto transversalmente, embora, não existam projetos de pesquisa ou extensão relacionados à temática. Já na UEMS (Dourados), notou-se um interesse maior por parte da instituição na questão indígena, o que é evidenciado por meio de projetos de pesquisa e matérias que abordam o assunto, além do próprio incentivo à dualidade linguística aos alunos indígenas (direito a defesa de seu trabalho de conclusão de curso em língua materna). O IFMT (Cuiabá) também foi uma instituição de ensino que mencionou disciplinas que dizem tratar transversalmente as temáticas indígenas, além de pontuar a execução de um projeto de pesquisa, específico, relacionado ao tema. Todas as 03 (três) instituições entendem a importância do assunto para seus cursos e formação de seus acadêmicos (futuros profissionais do mercado de trabalho).

Verificou-se uma ausência de articulação do ensino em Turismo com as temáticas indígenas na UEMS (Campo Grande), tendo em vista que o assunto não vem sendo trabalhado especificamente em disciplinas ou projetos.

Com relação aos cursos estaduais do estado de Mato Grosso, ressalta-se que os mesmos não tiveram efetiva participação de seus coordenadores no questionário aplicado, fato que impediu o alcance de algumas informações que poderiam colaborar para uma melhor análise no estudo.

Somando-se a isso, ficou claro que a questão indígena é tratada em maior grau nos documentos (Projetos Pedagógicos dos cursos), ainda que subjetivamente, do que de fato na prática. Isso foi evidenciado nas respostas dos coordenadores confirmando a ausência de projetos e disciplinas específicas em suas grades. A palavra “transversal” foi aquela utilizada para demonstrar que, ainda que as temáticas indígenas não fossem claramente apresentadas em seus documentos, eram, sim, abordadas conjuntamente a outros conteúdos. Se um dos enfoques das Diretrizes Curriculares para a área do Turismo é a integração dos cursos à realidade que se inserem, a realidade “transversal” talvez



devesse, nesses estados, ser prioridade, justamente porque contam com agrupamentos indígenas.

No que se refere aos resultados obtidos pelos questionários aplicados aos acadêmicos, descobriu-se o reconhecimento dos mesmos sobre a existência de indígenas na região, bem como de acadêmicos indígenas no próprio seio de seus cursos. De acordo com os resultados obtidos, esses mesmos acadêmicos reconhecem a importância de tratar de temáticas indígenas dentro de seus cursos, reconhecendo a falha das universidades em se esforçar para trazer tais questões (com maior intensidade) para os espaços de sala de aula. Por outro lado, mesmo sendo regiões que abrigam agrupamentos indígenas, de acordo com os respondentes, não se percebem muitas políticas públicas que fomentem o desenvolvimento de atividades turísticas, em maior escala, junto desses grupos, o que pode desencorajar os cursos a priorizarem tais assuntos.

Acredita-se que este estudo possa contribuir para a sensibilização e reflexão sobre o real papel da universidade e estado, e seus compromissos com o desenvolvimento das comunidades, num contexto de integração com as diversidades. Diante disso, recomenda-se aos cursos, revisarem as atuais propostas dos Projetos Pedagógicos e as ementas de suas disciplinas, de maneira a relacioná-las às realidades indígenas regionais. A relação “culturas indígenas” e “Ensino do Turismo” deve ser considerada realidade na região Centro-Oeste. Ainda, parecerias entre universidades e estado devam ser (re)pensadas visando um desenvolvimento turístico participativo e assistido em terras indígenas. Se a principal vocação turística dos estados em questão relaciona-se aos ambientes naturais, há de se considerar as culturas indígenas como elementos constituintes de muitos de tais espaços.

Embora seja uma pesquisa inicial, tal estudo poderá servir de introdução a diversos outros, capazes de mapear as práticas turísticas que vem acontecendo junto aos agrupamentos indígenas da região Centro-Oeste, categorizando-as entre práticas de turismo étnico e/ou indígena, seus impactos e, ainda, identificando a participação e envolvimento de profissionais formados nos cursos de Turismo dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, L. P. (2018) *Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos cursos de tecnologia em gestão de turismo do ifsp / Ligia Porto Alexandre*. São Paulo: [s.n.], 2018. 86 f. il. <https://bityli.com/vxrWPj>
- Bonfim, I., Corbari, S., Mendes, J., & Serqueira, B. (2022). Representaciones sociales sobre el desarrollo del turismo em tierras indígenas Terena. *Investigaciones Turísticas*, 0(23), 314-338. doi:<https://doi.org/10.14198/INTURI2022.23.14>



- Brasil. (1996). Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- Brasil. (2006). *Resolução N° 13, de 24 de Novembro de 2006*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Resolução CNE/CES 13/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de novembro de 2006, Seção 1, p. 96.
- Brasil.(2012). *Resolução n° 1, de 30 de maio de 2012*. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Conselho Nacional de Educação. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf.
- Brasil. (2012). *Resolução n° 2, de 15 de junho de 2012*. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf.
- Candau , V. M. F. (2018). Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. Currículo Sem Fronteiras, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.240-255, julho dezembro 2011. Semestral. ISSN 1645-1384. <https://saopauloopencentre.com.br/wp-content/uploads/2019/05/candau.pdf>.
- Castravechi, L. A.; Pereira, W. A. G.; (2018). Turismo Indígena em Campo Novo dos Parecis, Mato Grosso: uma análise da preservação cultural e histórica dos Paresí. *Ateliê do Turismo*. Campo Grande, v2, n.1, p.119=146, jan-jun. https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/5920/pdf_8.
- Conselho Indigenista Missionário. (2021). Terras Indígenas. Recuperado de <https://cimi.org.br/terras-indigenas/>
- Cury, C. R. J. (2001). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei No 9.394/96*. (4a.ed). Rio de Janeiro: DP & A.
- De Jesus, D.L.; Wenceslau, M.E. (2011). Territórios Indígenas como cenário para a produção Turística em Mato Grosso do Sul, Brasil: O caso do povo Kadwéu. Book of proceedings. Vol.1. International Conference on Tourism & Management Studies. Algarve, Portugal, 2011. (<https://www.redalyc.org/pdf/3887/388743867056.pdf>).
- Ferreira, A. B. de H. (1984). *Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira.
- Foster, G. M. (1964). *Las culturas tradicionales y los cambios tecnicos*. Mexico, Fondo de Cultura Econômica.
- Funai.(2020). Fundação Nacional do Índio. (<https://www.gov.br/funai/pt-br>).
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas S. A.: São Paulo.
- Haidar. M. L. M. & Tanuri L. M. (1998). A Educação Básica no Brasil : dos primórdios até a primeira lei de diretrizes e bases. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. São Paulo: Pioneira.



- Hoebel, R. A. & Frost, E. L. (1981). *Antropologia cultural e social*. São Paulo, Cultrix.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Os indígenas no Censo Demográfico 2010. https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf
- Instituto Federal de Mato Grosso, IFMT. (2015). *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Turismo*. Cuiabá, MT. (http://cba.ifmt.edu.br/media/filer_public/a7/8e/a78e4187-36e3-440e-8221-e21bd3f2bf1f/ppc - curso superior de bacharelado em turismo.pdf).
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas.
- Longhi, S. & Bento, K. (2006). Projeto Político Pedagógico: Uma construção coletiva. *Revista de divulgação técnico-científica do ICPG*. v. 3(9). 173-178.
- Ministério do Turismo. (2005). *Segmentação do turismo. Conceitos*. Documento preliminar, não revisado. Brasília: Ministério do Turismo.
- Mota, K. C. N. (2001). *Marketing Turístico: promovendo uma atividade sazonal*. São Paulo: Atlas.
- Os indígenas no Censo Demográfico 2010. (2021). Primeiras considerações com base no quesito cor e raça. Recuperado de https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf
- Povos Indígenas no Brasil. (2021). Quantos São? Recuperado de https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F
- Proença, A.R.G.B.; Panosso Netto, A. (2022). *Turismo em Territórios Indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na comunidade indígena Nova Esperança "Pisasú Sarusawa" (Rio Cueiras-Amazonas)*. RBTUR, São Paulo, 16, e-2408, 2022. (<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2408>).
- Tylor, E.B. (1871). *Primitive Culture*. England: Gordon Press.
- Universidade Estadual de Mato Grosso, UNEMAT. (2016). *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo EAD*. Cáceres, MT (https://dead.unemat.br/portal/docs_curso/1005201709363133522-ppc-bacharelado-em-turismo.pdf).
- Universidade Estadual de Mato Grosso, UNEMAT. (2012). *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo*. Nova Xavantina, MT <https://drive.google.com/file/d/0B6gkRqDx3OEkb3F6bnBpZ2lKc2s/view?resourcekey=0-K-mOtzZ8WTUycfAI4SsALA>).
- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS. (2020). *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo*. Campo Grande, MS. http://www.uems.br/assets/uploads/cursos/128458f32bd022f055b85276e14064ff/projeto_pedagogico/1_128458f32bd022f055b85276e14064ff_2021-01-18_20-40-42.pdf.
- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS. (2018). *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo*. Dourados, MS. <http://www.uems.br/assets/uploads/cursos/78e9ba834070560bc9576117af50cc98/pr>



[ojetos_pedagogicos/1_78e9ba834070560bc9576117af50cc98_2020-11-05_21-46-45.pdf](#).

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. (2013). *Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo*. Campo Grande, MS. https://esan.ufms.br/files/2021/03/PPC_Turismo_CCHS_2014_NOVO21_10.pdf

Velasquez, G. C. (2009). *Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Turismo: Análise de dois Projetos Pedagógicos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista-UNESP. Marília, SP.

Vasconcellos, C. S. (2004). *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. São Paulo: Libertad.

INFORMAÇÃO (ÕES) DO (S) AUTOR (ES)

- *1 Bacharela em Turismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: myybagordarkis@gmail.com
- *2 Doutor em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor do Curso de Turismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: guigave@hotmail.com

REVISTA CIENTÍFICA ATELIÊ DO TURISMO – VINCULADA A



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

ⁱ (<https://cimi.org.br/terras-indigenas/>. Recuperado em 10 de agosto de 2021).

ⁱⁱ (https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F. Recuperado em 10 de agosto de 2021).



iii (https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Recuperado em 10 de agosto de 2021).

iv Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004 - institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. \ Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 - estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. \ Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 - estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental.

v Disponível em: <http://www.qualviagem.com.br/faca-uma-incrivel-viagem-etnocultural-as-aldeias-indigenas-do-mato-grosso/>. Recuperado em 25 de agosto de 2021.